



**SÉRIE DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO  
DO CURSO DE CIÊNCIAS  
ECONÔMICAS  
TEXTO PARA DISCUSSÃO N. 096**

## **Desenvolvimento Regional de Goiás a partir do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) entre 2002 e 2019**

**Thiago Moreira Guimarães  
Antonio Marcos de Queiroz  
Claudia Regina Rosal Carvalho  
Edson Roberto Vieira**

**FACE/UFG**  
Goiânia – Dezembro de 2022

**CIÊNCIAS  
ECONÔMICAS**

**FACE**  
FACULDADE DE  
ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E  
CIÊNCIAS ECONÔMICAS



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
GPT/BC/UFG**

Guimarães, Thiago Moreira. Desenvolvimento Regional de Goiás a partir do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) entre 2002 e 2019/ Antonio Marcos de Queiroz, Cláudia Regina Rosal Carvalho, Edson Roberto Vieira - 2022.

28 f. (Série de Textos para Discussão do Curso de Ciências Econômicas, 096)

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Goiânia, 2022.

1. FCO. 2. Centro-Oeste. 3. Índice. IV. Título

# Desenvolvimento Regional de Goiás a partir do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) entre 2002 e 2019

Thiago Moreira Guimarães<sup>1</sup>  
(FACE/UFG)

Antonio Marcos de Queiroz<sup>2</sup>  
(FACE/UFG)

Claudia Regina Rosal Carvalho<sup>3</sup>  
(FACE/UFG)

Edson Roberto Vieira<sup>4</sup>  
(FACE/UFG)

## RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar a influência do Fundo Constitucional no Centro-Oeste, (FCO), levando em conta o desenvolvimento regional do estado de Goiás, entre os anos de 2002 e 2019. Para análise dos dados, como metodologia, utiliza-se o método dedutivo, por meio da estatística descritiva, com a coleta de dados secundários obtidos junto ao Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. A partir do levantamento desses dados, verifica-se que os principais resultados indicam que as microrregiões crescem de forma desproporcional ao Produto Interno Bruto (PIB), tendo em vista que os municípios que mais contribuem ao PIB, são também os mais financiados pelo FCO, o que intensifica as desigualdades entre os municípios e microrregiões goianas. Assim, observa-se que o nível de exportação dos municípios pouco se explica pelo nível de contratação via Fundo. Além disso, as classificações de renda, as concessões de empréstimos e o saldo de emprego são vistos em melhor escala para regiões com maior destaque econômico em Goiás. Logo, é visto que o FCO não é utilizado para dirimir a disparidade entre municípios como ferramenta do desenvolvimento, uma vez que as potencialidades econômicas são priorizadas para áreas mais desenvolvidas. Palavras Chaves: FCO; Centro-Oeste; Goiás; Desenvolvimento regional.

## ABSTRACT

*The objective of this work is to analyze this influence of the Constitutional Fund (FCO) in the Midwest, taking into account the regional development of the state of Goiás, between the years 2002 and 2019. if the deductive method, through descriptive statistics, the collection of secondary data obtained from the Institute of Applied Economic Research. From the data collection, it appears that the main results indicate that the micro-regions also develop in a disproportionate way to the GDP, since they contribute the most to the gross domestic product, the ones most financed by the FCO, which intensifies the inequalities between the municipalities and micro-regions of Goiás. Thus, it can be observed that the level of generation of the few jobs*

---

<sup>1</sup> Economista e egresso do Curso de Ciências Econômicas – FACE/UFG.

<sup>2</sup> Doutor em Economia pela UFU e prof. Adjunto do curso de Ciências Econômicas – FACE/UFG. Contato: [antonio\\_marcos\\_queiroz@ufg.br](mailto:antonio_marcos_queiroz@ufg.br).

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Ambientais pelo CIAMB-UFG e profa. Associada do curso de Ciências Econômicas – FACE/UFG. Contato: [claudia\\_rosal\\_carvalho@ufg.br](mailto:claudia_rosal_carvalho@ufg.br).

<sup>4</sup> Doutor em Economia pela UFU, Chefe do IBGE Goiás e prof. Adjunto do curso de Ciências Econômicas – FACE/UFG. [er\\_vieria@hotmail.com](mailto:er_vieria@hotmail.com).

*is explained by the level of hiring via the Fund, in addition to the income classification, such as financial unemployed and the balance of loans are higher, in better prominence for the regions with the highlighted economic municipalities. Goiás. Therefore, it is seen that the FCO is not used for municipalities to address the disparity, as a development tool since the potential is prioritized for more widespread areas.*

*Keywords: FCO; Midwest; Goiás; Regional development*

## **Introdução**

O presente trabalho trata das desigualdades regionais existentes no Brasil e as medidas de políticas públicas na tentativa de dirimir essas disparidades entre as regiões. Isso se torna possível, a partir da pressuposição da não neutralidade da moeda (teoria keynesiana), por meio dos investimentos diretos e seus transbordamentos, no melhor aproveitamento do potencial de cada região, ao incentivar o desenvolvimento econômico e a melhor qualidade de vida da população local. Baseado nesse intuito, foram traçados os planos de desenvolvimento regional, cujo foco deste trabalho está na análise do Fundo Constitucional do Centro-Oeste para o estado de Goiás.

Em um país de dimensão continental, como é o caso do Brasil, vários são os fatores que possibilitam o melhor desenvolvimento de uma região em detrimento de outras, como: clima, localização das principais metrópoles, turismo, centros industriais e econômicos. Para que exista um desenvolvimento regional mais igualitário e harmonioso, muitas vezes é necessária a interferência do Estado, criando uma melhor distribuição da renda entre as regiões, para que dessa forma, alcance um equilíbrio e um crescimento regional com a coordenação de mais investimentos em uma região em detrimento as outras, atingindo com isso uma menor desigualdade. (AURÉLIO NETO, LIMA, 2017).

Nesse íterim, o Plano para o Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste (PDRCO)<sup>5</sup> foi criado pelo governo federal com o intuito de balizar, os investimentos federais no período que compreende entre 2007 e 2020, que é um marco para o desenvolvimento regional, embora existam elementos constantes nas diretrizes que são anteriores ao plano (SUDECO, 2021).

Esse investimento encontra respaldo no que já existe de destaque na região, fortalecendo o que já é utilizado, para que com isso a economia regional se destaque e atinja todas as áreas. No ano de 2019, foi lançada a reelaboração do plano para os anos de 2020 a 2023, sendo visto em tal documento pontos de reformulação e atualização dos seus antecessores.

Como elemento referencial para a elaboração do plano, foi adotado o conceito de desenvolvimento regional sustentável, não levando em consideração apenas as diretrizes econômicas e produtivas, mas abrangendo também um aumento da qualidade de vida da população e a preservação ambiental. Objetiva-se com isso que os ganhos na economia possam resultar em bem-estar para a população e não gerem degradação ambiental em que vivem, na medida em que se dividem recursos.

---

<sup>5</sup> A Região Centro-Oeste do Brasil possui uma área de 1.606.399.509 km<sup>2</sup> e que corresponde a 18,86 % do território nacional.

Apesar de ser a segunda maior região do país em extensão territorial, é a segunda menos populosa. Entre as cinco regiões é a única não banhada pelo mar.

Faz fronteira com dois países sul americanos, Bolívia e Paraguai. Sua posição central é a única que permite ligação de fronteira com todas as outras regiões brasileiras.

Ela abriga a Capital do País, Brasília, centro das decisões políticas. Possui a maior planície úmida do mundo, o Pantanal Mato-grossense. (BEZERRA, Juliana. Região centro oeste. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/regiao-centro-oeste/>>. Acesso em: 28 set. 2019).

Segundo apresentado no plano de desenvolvimento, a região Centro-Oeste desfruta de três décadas de pleno crescimento econômico, muito derivado da sua localização fronteiriça, o que permitiu a elevação de sua população com processos migratórios, com altas taxas de crescimento econômico dos últimos anos, muitas vezes apresentando valores superiores à média nacional, ao mesmo tempo em que elevou ano após ano sua contribuição no PIB brasileiro (SUDECO, 2019).

Ademais, as exportações também acompanham o processo de evolução da região, juntamente com a agropecuária, que já se consolidou nas localidades em termos do cenário nacional. Apesar dos números favoráveis em vários segmentos, a região também apresenta graves problemas de infraestrutura econômica e logística, algo que dificulta os setores de exportação, já que são considerados frutos do isolamento da região dos grandes centros e do alto custo dos transportes. No entanto, houve avanços significativos nessa área, alcançando números potencialmente elevados, mesmo assim, a região Centro-Oeste ainda padece de grandes desafios, como a prática de políticas regionais voltadas para o segmento, sendo primordiais para o escoamento das riquezas e maior desenvolvimento da região (SUDECO, 2019).

O objetivo do trabalho é analisar a influência do FCO sobre o desenvolvimento regional do estado de Goiás entre os anos de 2002 a 2019. Especificamente, identificar as possíveis relações desse fundo com reduções das disparidades entre as localidades que envolvam municípios e microrregiões, mostrando o avanço e melhoria de alguns indicadores econômicos, como o PIB, quantitativo de exportações, oferta de emprego, entre outros fatores que possam propiciar uma melhoria na qualidade de vida da população. Assim, esse trabalho visa a analisar se o FCO, de fato, está cumprindo a função de dirimir as disparidades ou se está agravando-as ainda mais, ao garantir um investimento sobressalente às áreas com maior relevância econômica/social no Estado de Goiás. Assim, a partir da análise dos dados do estado de Goiás, poder-se-á identificar se o FCO de fato cumpre o seu objetivo de oferecer melhorias às regiões com menor impacto econômico, sendo um convite a novos pesquisadores, uma análise nacional de tal levantamento. Como metodologia, essa análise traz o método dedutivo, por meio de estatística descritiva, com a coleta de dados secundários, disponibilizados pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Instituto Mauro Borges – IMB e outros Órgãos Estaduais de Estatística.

O trabalho está dividido em três seções, além dessa introdução e da conclusão. Na primeira, aborda-se o referencial teórico com as teorias do desenvolvimento regional, em nível amplo, e sua importância na elaboração dos planos de desenvolvimentos locais e os investimentos diretos como ferramenta importante para o desenvolvimento das regiões. A segunda seção realiza-se uma abordagem sobre a importância do Fundo Constitucional de Desenvolvimento e sua atuação, principalmente na região Centro-Oeste, para depois, adentrar nos avanços observado em Goiás (foco do estudo) e seu desenvolvimento regional por intermédio dos investimentos derivados do FCO. A seção terceira traz os resultados, com a metodologia e a análise de um diagnóstico para os investimentos por meio do FCO para o estado de Goiás, por meio do PIB, renda, emprego e exportações.

## **1 Referencial teórico**

A seção está estruturada da seguinte forma: inicialmente, visa a entender o conceito de desenvolvimento regional ao longo do tempo, verificar o processo de ruptura e foco do estudo por regiões, analisar o entendimento de alguns autores sobre o tema, abordar alguns conceitos, entender o processo de separação entre as ramificações dessa teoria e, por fim, apresentar a ramificação macroeconômica e seus principais autores.

## 1.1 A teoria do desenvolvimento regional

O tema desenvolvimento, apesar da peculiaridade recente na literatura, torna-se um assunto que sempre teve uma abordagem recorrente pelos clássicos da economia, embora fosse dito de forma implícita dentro de outras perspectivas, tais como: riqueza, produção, crescimento e progresso. Segundo Bellingieri (2017), a abordagem se inicia com Adam Smith, no século XVII, a partir da discussão sobre a divisão do trabalho e a especialização e, em seguida, com David Ricardo, no século XIX, com a distribuição da riqueza nacional entre agentes da economia e a construção do conceito da Teoria das Vantagens Comparativas. No entanto, o enfoque desenvolvimentista explícito se evidencia a partir dos estudos e análises de Marshall (1982), no século XIX, sendo o primeiro a identificar o processo das vantagens comparativas a partir do crescimento de empresas do mesmo ramo, com geração das chamadas economias externas e início da teoria dos distritos industriais e das aglomerações (clusters).

Até a primeira metade do século XX, o processo de desenvolvimento era abordado somente pelo ângulo do crescimento econômico nacional advindo da acumulação de capital e ênfase macroeconômica, na ótica nacional, sem o devido detalhamento para as regiões. De acordo com Andrade Bastos (2006), os problemas regionais eram apenas manifestações espaciais e desajustes dos fatores de produção. Sendo assim, o processo de desenvolvimento era garantido a partir do livre movimento dos fatores de produção entre as regiões.

Ainda de acordo com Andrade Bastos (2006), foi a partir dos anos 50 que surgiu a temática regional que se desdobraria em dois grandes eixos principais: O primeiro, Teorias Clássicas da Localização (microeconomia); e o segundo, Teorias do Desenvolvimento Regional (macroeconomia), foco deste trabalho.

Embora o estudo da economia regional se desdobre em dois grandes eixos que se complementam na busca do resultado e na determinação do espaço geográfico a ser analisado, delimitar o espaço das atividades produtivas e adentrar na Teoria da Localização, passam a ser pela influência e, ao mesmo tempo, é influenciada pela Teoria do Desenvolvimento Regional. Portanto, há um processo mútuo entre as duas teorias que não se anulam, mas complementam e adentram em dimensões específicas.

Nesse sentido, a Teoria do Desenvolvimento Regional apresenta aspectos relevantes para entender o papel do Estado na redução das desigualdades regionais e sociais. Nela, encontra-se a base teórica na qual qualquer estudo em que tratar da dinâmica econômica das regiões, deverá ser estruturado. Em outras palavras, a importância do estudo se baseia na ênfase em que as políticas de desenvolvimento econômico têm atribuído ao Estado, na busca da redução dos desequilíbrios regionais existentes (LIMA, 2006).

Com o objetivo do melhor entendimento sobre o assunto, Rodrigo Ferreira Simões e Ana Carolina da Cruz Lima definem uma região para uma unidade de análise, da seguinte forma:

[...] um conjunto de pontos no espaço, porém esses pontos deverão ter uma maior integração entre eles do que com o restante do mundo. Para melhor definir o conceito, integrando ao presente trabalho, é analisado sobre a versão urbana chamada de locus da produção diversificada e integrada do capitalismo, dessa forma pode-se definir uma região com 07 conjuntos de centros urbanos, os quais deverão possuir alguns elementos que os diferencie em um comparativo com o resto do mundo, onde haverá centros urbanos com grau menor de integração em um comparativo com o primeiro. (LIMA, SIMÕES, 2009, p. 6).

Basicamente, o estudo da economia regional implica em uma análise da distribuição das atividades econômicas em determinado espaço geográfico pré-determinado. Ademais, o estudo pode focar em vários temas, mas em sua maioria, consiste na investigação e na busca de solução de problemas, como por exemplo, os problemas urbanos, relacionados à concentração

econômica e populacional da região analisada, focando também na análise da localização espacial das atividades produtivas, em especial as industriais (AYDALOT, 1985).

Nos últimos anos, o Estado tem apresentado papel de grande destaque no estudo do desenvolvimento regional, principalmente em questões que envolvem as políticas de desenvolvimento industrial e de comércio exterior. Ao citar as políticas industriais, exemplifica-se uma recente forma de intervenção estatal, tanto dos governos nacionais como os regionais, visando influenciar o local onde será realizada a instalação de empresas e de novos investimentos em seus territórios. Além disso, utiliza-se a concessão de melhores benefícios que visam se sobrepor às vantagens de uma instalação onde já exista grandes aglomerações empresariais presentes em sua maioria, em regiões, estados e países mais desenvolvidos. Essa prática causa muita controvérsia entre os estudiosos, sendo que não há consenso quanto à concessão de incentivos (LIMA, 2006).

Contrária à citada prática de incentivo, a teoria pondera que o Estado deve sim intervir; porém, a concentração maior deveria ser naquela em que o Estado focasse suas ações tanto na melhoria do sistema educacional, centrando nas relações indústria-universidade, quanto na infraestrutura industrial, de forma que a torne atrativa para quem deseja investir (VELASCO, 1996).

Alguns autores vão além da questão que envolve a polarização econômica por parte do Estado, ao destacar a existência também de um fator considerado psicológico, que seria utilizada como uma condição adicional para influenciar na decisão. Basicamente, diferenciar os atributos que existem no território da percepção que o investidor terá ao analisar o setor que deseja investir (CARDOSO; CADIMA, 2002).

Ainda para esses autores, é fundamental a importância do Estado em matéria de política pública regional alternativa. Ou seja, o Estado deveria atrair incentivos financeiros, fiscais e investimentos, seja no setor de serviços ou infraestrutura, como meios de aumentar o bem-estar social das localidades e reduzir as diferenças existente de desenvolvimento.

Existe um certo consenso entre os estudiosos citados, sobre uma forma entendida como essencial de intervenção estatal. Parte do consenso, de que o ponto de vista das finanças públicas do país como um todo, sem se prender na questão da microlocalização do empreendimento, para dessa forma, configurar a perda representada pela transferência de recursos públicos que visam suprir investimentos privados. Isto é, apesar da intervenção do Estado para dirimir as desigualdades, é inerente que atuação seja a ponto de auxiliar as demais políticas regionais de forma necessária, mas nunca suficiente para desencadear uma guerra fiscal entre os estados.

Bellingieri (2017) apresenta a evolução das teorias sobre problemas regionais, conforme observa-se no Quadro 1:

**Quadro 1 – Evolução das teorias sobre problemas regionais**

<b>Abrangência</b>	<b>Microeconomia</b>	<b>Macroeconomia</b>
<b>Teoria</b>	<b>Teorias clássicas da localização</b>	<b>Teoria do desenvolvimento regional</b>
<b>principais autores</b>	<b>Johann Heinrich von Thünen</b> (teoria econômica da localização)	<b>François Perroux e Jaques R. Boudeville</b> (teoria dos polos de crescimento)
	<b>Alfred Weber, Walter Christaller e Auguste Losch</b> (teoria econômica da localização)	<b>Gunnar Myrdal</b> (processo de causação circular cumulativa)
		<b>Albert Hirschman</b> (teoria do desenvolvimento desigual e transmissão inter-regional do crescimento)
		<b>Douglass North</b> (teoria da base de exportação)

Fonte: Elaboração do autor a partir do trabalho de Bellingieri (2017).

O quadro 1 apresenta a evolução das teorias sobre problemas regionais em dois grupos, o primeiro grupo composto pelas teorias tradicionais de localização industrial, cujos autores principais foram Von Thünen, Weber, Cristaller, Lösch e Isard. O segundo grupo é composto por quatro teorias principais: a dos pólos de crescimento, de Perroux e Boudeville; a da causação circular cumulativa, de Myrdal; a dos efeitos de encadeamento para trás e para frente, de Hirschman, e, por último, a base de exportação, de Douglass North. Essas teorias enfatizam as interdependências setoriais como fator de localização das firmas e de desenvolvimento da região.

### **1.1.1 A teoria dos polos de crescimento: François Perroux e Jacques R. Boudeville**

O objetivo aqui é abordar a teoria dos polos de crescimento trabalhada por Perroux e Boudeville, no entendimento de alguns conceitos de intervenção e propagação na economia. Além disso, introduzir alguns conceitos-chaves para entender a noção de espaço defendida por cada autor, a abordagem de outros autores sobre o tema, além de entender o papel do estado nos polos de crescimento por meio de políticas.

François Perroux (1903-1987) e Jacques R. Boudeville (1919-1975) são considerados os dois principais autores da chamada teoria dos polos de crescimento por meio dos trabalhos realizados na década de 50. De acordo com Lima e Simões (2009), anterior à teoria, a noção de espaço utilizada no desenvolvimento das análises econômicas era imprecisa, resultando consequentemente em resultados semelhantes em espaços econômicos e humanos, fato que resultava em recomendações imprecisas no âmbito de criação de políticas econômicas. A noção de espaço utilizada na teoria, descarta o conceito de espaço euclidiano (geometria), utilizando por sua vez o conceito matemático de espaço abstrato, que é muito mais exato nos resultados em uma análise das inter-relações econômicas. Segundo a teoria, não existe apenas um espaço econômico, mas existe a quantidade de espaço na proporção dos fenômenos que seriam estudados.

Inicialmente, o processo é dado a partir da descrição dos tipos de espaço econômico, sendo eles: espaço econômico definido com um plano ou programa, espaço econômico definido como um campo de forças ou relações funcionais, e espaço econômico definido com um agregado homogêneo.

Neste sentido, a empresa, como unidade de produção, ocupa um espaço vulgar (ou geonômico), onde se situam seus meios materiais e pessoais, ou seja, é o seu local de funcionamento, e três espaços econômicos: i) a empresa ocupa em primeiro lugar um espaço definido como conteúdo de um plano, sendo este entendido como o conjunto das relações estabelecidas entre a empresa, seus fornecedores de input (matérias-primas, mão-de-obra, capital) e seus compradores de output (intermediários e finais). Este plano é mutável no tempo, independe de seu espaço vulgar e é instável, o que dificulta sua representação cartográfica; ii) em segundo lugar, a empresa ocupa um espaço definido como campo de forças, constituído por centros (polos ou sedes) de emanção de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas. Cada centro tem seu próprio campo, que é invalidado pelos campos de outros centros. A empresa atrai ao seu espaço vulgar homens e coisas (elementos econômicos) ou afasta-os dele, determinando sua zona de influência econômica, relacionada ou não à sua zona de influência topográfica; e iii) num terceiro aspecto, a empresa ocupa um espaço definido como conjunto homogêneo. As relações de homogeneidade dizem respeito às unidades e sua estrutura ou às relações entre estas unidades. Quaisquer que sejam suas coordenadas no espaço vulgar, estas empresas localizam-se no mesmo espaço econômico. A determinação dos espaços econômicos é bastante complexa, pois “o espaço da economia nacional não é o território da nação, mas o domínio abrangido pelos planos econômicos do governo e dos indivíduos” (LIMA, SIMÕES, 2009, p. 7).



Para Tolosa (1972), dentre os espaços, o segundo espaço é considerado o mais importante entre eles. Pois, de acordo com o autor, o segundo espaço tem papel de importância destacado devido às suas forças de atração e dispersão entre agentes econômicos. “Os três tipos de espaços definem-se com um complexo de relações econômicas não localizadas, ficando estes em segundo plano” (TOLOSA, 1972, p.195)

A partir da concepção de espaço econômico, definida por Perroux, a teoria necessitava de um conceito de crescimento econômico. Para chegar a esse conceito, Perroux introduziu três elementos em seus trabalhos: indústria chave, basicamente, é uma grande empresa que, com sua alta produção e poder de compra, acaba por adquirir a produção de outras empresas, sendo que uma passa a atuar em virtude da existência da outra. A primeira é chamada de motriz, a segunda de movida, é um conceito relativo, porém a interdependência entre elas alavanca um dinamismo de crescimento; regime não concorrencial do complexo, a não existência de concorrência resulta em estagnação, a indústria produzirá e acumulará capital pela falta de concorrência que fatalmente terminaria com a estagnação; a concentração territorial do complexo, um polo industrial complexo, onde exista diversidade nas necessidades de sua população, intensificam as atividades econômicas, o polo atua transformando seu meio geográfico imediato.

Em continuidade aos estudos de Perroux, Jaques R. Boudeville deu um caráter mais operacional às noções de espaço e uma ênfase territorial:

O espaço seria uma realidade concreta, ao mesmo tempo, material e humana. Seria o espaço das relações existentes entre dois conjuntos, das atividades econômicas e dos lugares geográficos e uma maneira de analisar todas as localizações possíveis das atividades. Este espaço apresenta características dinâmicas e, por isso, é mutável. Assim como Perroux, Boudeville distingue três noções de espaço: i) do ponto de vista econômico o espaço pode se caracterizar de acordo com sua maior ou menor uniformidade, ou seja, o espaço é homogêneo; ii) do ponto de vista das interdependências e hierarquias de suas partes o espaço é polarizado; e iii) do ponto de vista do centro de decisão e do objetivo estabelecido o espaço é um programa/plano (LIMA, SIMÕES, 2009, p. 10).

Boudeville (1973), por sua vez, conceitua a região de forma diferente do espaço contínuo da superfície, facilitando, dessa forma, uma ação coletiva estabelecendo um plano de ação para alcançar objetivos comuns, destacando a importância dos instrumentos de política regional, como meio para a análise dos polos de desenvolvimento urbano.

Sobre a questão crescimento econômico, deve existir uma decisão do Estado no que diz respeito à compatibilidade de planos das diferentes regiões, deve existir coesão, complementaridade e cooperação para que dessa maneira exista um crescimento harmonizado, demonstrando dessa forma a necessidade de política de colaboração entre as regiões no intuito de promover integração econômica. De acordo Boudeville (1973), não existe política de integração econômica sem a aplicação de 3 pilares, sendo eles: pela redução das disparidades regionais; pelo crescimento das inter-relações geográficas, setoriais e sociais; e pela faculdade de dar ênfase a um consenso para objetivos comuns. Para exemplificar, Boudeville cita a importância dos centros urbanos, bem como, de suas bacias fluviais como forma de integrar a economia nacional, por serem posições estratégicas

Portanto, a teoria é a mesma para ambos autores, isto é, o crescimento não surge ao mesmo tempo em todo lugar. Ele se manifesta com intensidades variáveis em pontos ou polos de crescimento. Ele se espalha por diversos canais com efeitos sobre a economia, como um todo, porém na visão de Boudeville, existe a necessidade de políticas econômicas com o intuito de harmonizar o desenvolvimento regional, já Perroux acreditava que o plano estatal deveria ser focado em unidades produtoras, sendo essa unidade estatal.

### 1.1.2 O processo de causalção circular cumulativa: a lógica de Gunnar Myrdal

A teoria desenvolvida por Myrdal introduz a ideia de que um sistema é sempre circular e cumulativo em seus resultados. Conforme abordado por Bellingieri (2017), a teoria discute a ideia sequencial de efeitos em ciclos, isto é, um efeito positivo desencadeia outros efeitos positivos, e o efeito negativo, outros efeitos negativos. Antecessor a Myrdal, Winslow, que serviu de inspiração para Gunnar, já citava tal situação em seus estudos. Para ele, o processo é circular e cumulativo e exerce uma pressão contínua de cima para baixo, no qual um fator negativo, simultaneamente, causa o efeito de outros fatores negativos.

O processo de causalção circular cumulativa, desenvolvido por Gunnar Myrdal, segue o princípio de que os resultados, além de circulares e cumulativos não tendem a normalizar, mas ao contrário, potencializar efeito positivos ou negativos. De acordo com Gunnar Myrdal (1972), O conceito envolve, naturalmente, uma constelação circular de forças que tendem a agir e reagir com interdependência. Portanto, um país pobre mantém-se na pobreza:

A ideia que pretendo expor é a de que, ao contrário, em geral não se verifica essa tendência à auto-estabilização automática no sistema social. O sistema não se move, espontaneamente, entre forças, na direção de um estado de equilíbrio, mas, constantemente, se afasta dessa posição. Em geral, uma transformação não provoca mudanças compensatórias, mas, antes, as que sustentam e conduzem o sistema (MYRDAL, 1972, p. 28).

Para Myrdal (1972), é necessário que haja forças exógenas para normalizar as forças endógenas que agravam o desequilíbrio. Sendo assim, a estabilização é possível por meio de interferências políticas planejadas e aplicadas com a intenção de sustentar o movimento.

A partir da obra de Myrdal, é possível verificar a necessidade da intervenção do Estado em economias desreguladas, uma vez que não existe uma tendência ao equilíbrio natural entre as forças, mas sim, um desajuste contínuo e circular que tende somente ao agravamento da situação. Portanto, somente uma força exógena pode romper com o movimento disruptivo.

### 1.1.3 Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter- Regional do crescimento – Albert O. Hirschman

De acordo com Hirschman (1953), a base do desenvolvimento é advinda da capacidade de investir de uma nação. A partir dessa pressuposição, é possível identificar alguns conceitos relacionados na teoria, dentre esses: países desenvolvidos e países subdesenvolvidos têm processos diferentes de desenvolvimento, pois há uma capacidade distinta entre esses países de investimento e poupança, assim, a limitação do investimento torna o mais efetivo por áreas. Ou seja, a necessidade de investimento em questões estruturais em países subdesenvolvidos, gera uma menor concentração de investimentos em outras áreas carentes. Portanto, o processo é feito por partes e não simultâneo; o desequilíbrio é importante para a dinâmica, pois a partir da desregularização entre as regiões é possível gerar uma sequência de resultados favoráveis (*trickling-down*) que alavanca a economia subdesenvolvida a partir do consumo da indústria chave e não favoráveis (*polarization effect*) pelo efeito concorrencial entre as partes.

Para Bellingieri (2017), a teoria o desenvolvimento desigual e transmissão inter-regional do crescimento dá-se pela capacidade de investir, que depende dos setores mais modernos da economia e do empreendedorismo local. Quanto mais baixo o nível de desenvolvimento de um país, menor é sua capacidade de desenvolvimento que dependem das decisões de investimentos.

Já para Lima e Simões (2009), a interpretação dada ao trabalho de Hirschman é que o governo deve prover a infraestrutura social necessária para alavancar outras atividades

produtivas e elaborar uma estratégia de desenvolvimento, induzida e indutora, com a determinação das áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico.

Portanto, o foco da teoria é verificar a capacidade de investimento de um país e a sua competência de propagar o desenvolvimento para as demais áreas subdesenvolvidas. Além de focar as políticas em questões de como investir.

#### **1.1.4 A teoria da base de exportação de Douglass North**

Na década de 50, Douglass C. North elaborou a teoria da base de exportação a partir da análise da economia norte americana, identificando a dinâmica e os estágios de produção e a dependência de alguns fatores externos:

A Teoria da Base de Exportação foi elaborada por North na década de 50 devido às inadequações, segundo o mesmo, das teorias da localização e do crescimento regional para explicar a dinâmica da economia norte americana, que não correspondia à sequência de estágios de desenvolvimento descrita pelas mesmas, que seriam: i) economia de subsistência, autossuficiente e agrícola, localizada de acordo com a distribuição dos recursos naturais; ii) desenvolvimento do comércio e da especialização local, viabilizados por melhorias nos transportes, e localização determinada pela “camada básica” da população; iii) comercialização inter-regional e diversificação das atividades agropecuárias; iv) industrialização (manufaturas e mineração) impulsionada pelo crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura e das indústrias extrativas; e v) estágio final de desenvolvimento, caracterizado pela especialização em atividades terciárias para exportação (LIMA, SIMÕES, 2009, p. 22).

A teoria da base exportação é empregada com grande ênfase na capacidade de exportação de uma economia. Conforme abordado por North (1977), o principal formulador de teoria, todo o desenvolvimento do Pacífico Noroeste dos EUA dependeu de sua capacidade de produzir bens exportáveis, tais como: trigo, madeira e farinha. Por consequência, é possível entender o objetivo da teoria em focar em demanda exterior, pois, para o autor, o desenvolvimento é dado a partir dessa capacidade.

De acordo com Polèse (1998), a teoria afirma que os níveis de produção e emprego dependem das suas atividades exportadoras. No entanto, essas atividades são oriundas de demandas externas por meio de vantagens comparativas. A partir da concepção que a economia e seu nível de desenvolvimento são dados a partir da demanda exógena, a economia passa a ser separada em dois grupos: exógeno e endógeno.

Conforme abordado por Bellingieri (2017), existe o reforço da separação que é feita em dois grupos: endógeno e exógeno. O nível de renda ou emprego da economia numa área urbana é a soma desses dois setores. A renda gerada no setor exógeno depende de eventos sobre os quais a comunidade urbana não tem controle, entre eles o valor advindo de exportações.

A partir da separação em grupos de produção, ainda de acordo com autor, acrescenta que, a geração de renda (e emprego), que resulta da satisfação desta demanda local, representa o setor endógeno da economia. Assim, uma vez que o nível da atividade do setor endógeno depende do nível de demanda gerada pelo setor exógeno, conclui-se que as variações no nível total da atividade econômica devem ser iniciadas pelo setor exógeno da economia urbana.

Em sua teoria, North apresentou um conceito de base de exportação que contemplava conhecer os produtos que são exportáveis de uma determinada região, e com o cálculo dos custos de produção, haveria o crescimento dessas regiões, o que permitiria a geração de economias externas, com base no estímulo da competitividade dos artigos de exportação.

A base de exportação desempenhava assim papel fundamental na conformação da economia de uma região e em seus níveis de renda absoluta e per capita e, conseqüentemente, na determinação da quantidade de atividades locais, secundárias e terciárias, que se desenvolveriam, bem como sobre a dinâmica da indústria subsidiária, a distribuição da população, o padrão de urbanização, as características da força de trabalho, as atitudes sociais e políticas e o crescimento dos centros nodais, de tal forma que seu crescimento estava intimamente vinculado ao sucesso de suas exportações. (LIMA, SIMÕES, p. 22-23).

North também destacou a industrialização do país em análise, mencionando não ser essencial em um processo de continuidade do desenvolvimento econômico, pois pode existir dinamismo na economia apenas com a exportação de produtos agrícolas, cujo sucesso impulsiona o desenvolvimento das demais atividades. Seria necessária a interferência no desenvolvimento, se a região apresentasse indústrias inadequadas para a sua realidade.

## **2 O Financiamento do Desenvolvimento: Os Fundos Constitucionais**

### **2.1 O financiamento como ferramenta de desenvolvimento**

Inicialmente, para falar do financiamento do desenvolvimento, é necessário entender o papel da moeda como ferramenta de financiamento do desenvolvimento. Esta que foi amplamente defendida por Keynes, segregador teórico do papel da moeda na economia e divisor das teorias ortodoxa e heterodoxa, afirma que, em uma economia, pelo menos monetária, a moeda não é neutra, logo, um instrumento de grande conveniência na produção.

Para Minsky (1982, p. 10), criador da hipótese de instabilidade financeira (HIF), o desenvolvimento é dado pelo financiamento das atividades produtivas e sintetizado a partir da criação de moeda pelos bancos. Para ele, o processo é dado por meio da captação de recursos que financiam as atividades e dinamizam o processo. No entanto, apesar da teoria reforçar a questão da moeda como financiadora do processo produtivo, a moeda para Minsky é também o processo embrionário da crise em sistemas capitalistas.

No intuito de delimitar o papel da moeda e exemplificar, Ferreira (2013) contextualiza as funções da moeda como: unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor e é demanda por agentes econômicos para a realização de transações. Para as famílias, realização de seus gastos. Para as empresas, cobrir gastos de produção.

Conforme concluído por Figueira (2006), independente das abordagens dos autores pós keynesianos, todos têm um ponto incomum, a defesa da não neutralidade da moeda na economia e a necessidade de um papel permanente do governo na economia. A partir disso, é possível analisar a necessidade de meios que visam dar ao estado meios de atuação.

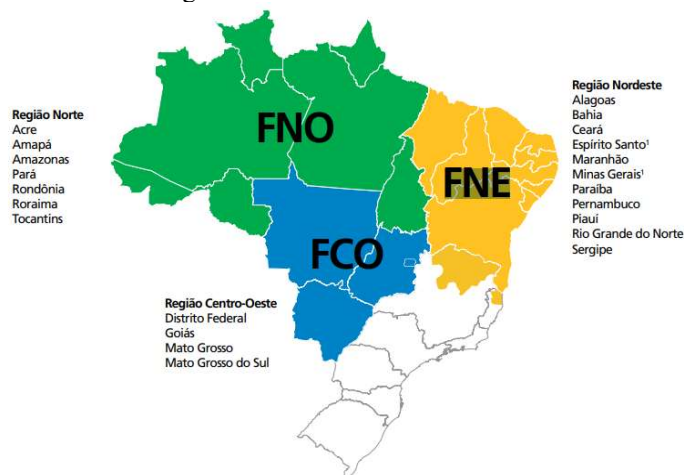
### **2.2 Fundos constitucionais**

Os fundos constitucionais são ferramentas de financiamento governamental que têm por objetivo articular junto ao Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) as diferenças sociais e econômicas entre regiões do país. De acordo com Pereira (2013), os fundos constitucionais foram concebidos a partir da percepção do dinamismo de algumas regiões frente a outras e devido à pressão social ao reivindicar soluções para disparidades socioeconômicas. Além disso, ele frisa que essa diferença entre regiões afeta o país de uma forma geral. A partir dessa concepção dos fundos, é possível concluir que os fundos regulamentados pela lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, são ferramentas de desenvolvimento para equilibrar as regiões mais afetadas do país.

Para impulsionar as regiões mais afetadas, o governo institucionalizou 3 grandes fundos constitucionais de financiamento. O Fundo Constitucional do Norte (FNO), que abrange os

estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O Fundo Constitucional do Nordeste para os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. O Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), foco de estudo, para os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal.

Figura 1 – Os Fundos Constitucionais



Fonte: Ministério do Desenvolvimento.gov, 2021.

De acordo com o dispositivo legal, o repasse desses fundos é feito a partir da arrecadação de Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e corresponde a 3% do total. Deste total, o FNO 0,6%, FCO 0,6% e ao FNE 1,8%. Além disso, compõem os recursos desses fundos os retornos dos resultados e aplicações, o resultado da remuneração dos recursos não aplicados no período.

Conforme o trabalho de Oliveira e Li (2018), é possível trilhar alguns aspectos importantes de avaliação, sendo eles: PIB *per capita*, produtividade do trabalho, crescimento do emprego, concentração de renda em regiões mais dinâmicas e industrialização das regiões financiadas.

Quadro 2 - Resumo das avaliações de impacto dos fundos constitucionais

Estudo	Resultados	Variáveis do fundo	Período	Escala	Método
Galeano e Feijó (2012)	Na região Norte, os impactos do crédito (FNO + Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) sobre o PIB per capita e a produtividade do trabalho foram positivos e estatisticamente significativos. Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, os impactos do crédito (FNO + BNDES) sobre o PIB per capita e a produtividade do trabalho não foram estatisticamente significativos.	Log dos valores das operações de crédito do FNO somado com os do BNDES.	2000-2008	Todos os estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.	Dados em painel
Silva, Resende e Silveira Neto (2009)	Empresas financiadas pelo FNO e pelo FCO não representaram crescimento do emprego em relação às empresas não beneficiadas. Tampouco houve impacto no salário médio. Empresas financiadas pelo FNE tiveram um crescimento do emprego entre 1995 e 1998. Ausência de impacto no período entre 1995 e 2000.	Microdados: dummies para as empresas beneficiadas e não beneficiadas.	2000-2003	Região Norte: 214 empresas beneficiadas. Região Centro-Oeste: 75 empresas beneficiadas. Região Nordeste: 224 empresas beneficiadas	Matching com propensity score
Oliveira e Domingues (2005)	Os impactos do FNO e do FCO foram pouco significativos no crescimento da renda per capita dos municípios do Norte e do Centro-Oeste	Macrodados: valores contratados do FNO e do FCO.	1991-2000	Regiões Norte e Centro-Oeste. Macrodados: 895 municípios.	Dados em painel
Monteiro (2011)	O estado de Roraima não vem utilizando o volume integral dos recursos do FNO, apenas 25% foram usados no período analisado.	Macrodados: recursos do FNO alocados e aplicados no estado de Roraima.	2004-2008	Região Norte. Macrodados: estado de Roraima (quinze municípios).	Análise descritiva

Estudo	Resultados	Variáveis do fundo	Período	Escala	Método
Macedo e Mattos (2008)	Por mais que os recursos públicos do FNO, do FNE e do FCO sejam ofertados ao investimento privado, sua capacidade configura-se como instrumento de política regional limitada, ao aumentar a concentração de renda.	Macrodados: aplicação dos recursos, do número e do custo médio de empregos diretos criados pelo FCO, pelo FNO e pelo FNE.	1989-2005 e subperíodos	Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Macrodados: vinte estados.	Análise descritiva
Ferreira e Mendes (2003)	O FNO contribuiu positivamente para desenvolver o setor agrícola paraense no período analisado, porém a disponibilidade dos recursos creditícios não foi suficiente para reduzir a desigualdade no meio rural.	Macrodados: valor médio contratado, valor bruto da produção, taxa de crescimento da agricultura e operações de crédito.	1990-1999 e subperíodos	Região Norte. Macrodados: Pará. Microdados: três municípios (Altamira, Medicilândia e Uruará).	Modelo estrutural - - diferencial (shift-share analysis)
Resende (2014)	Resultados positivos sobre a geração de empregos no nível da empresa. Em nível macro, inexistência de impactos do FNE-industrial sobre o crescimento do PIB per capita.	Microdados: dummies para as empresas beneficiadas e não beneficiadas. Macrodados: proporção do FNE-industrial entre 2000 e 2003, em relação ao PIB de 2000.	2000-2003 e 2000-2006	Região Nordeste. Microdados: amostra de 91 empresas beneficiadas no ano de 2000. Macrodados: 1.731 municípios, 189 microrregiões e 22 clusters espaciais.	Método de primeira diferença
Resende (2012)	Resultados positivos sobre a geração de empregos no nível da empresa. Em nível municipal, existem impactos positivos do FNE-industrial sobre o crescimento do PIB per capita.	Microdados: dummies para as empresas beneficiadas e não beneficiadas. Dado municipal: proporção do FNE-industrial entre 2000 e 2003, em relação ao PIB de 2000.	2000-2003 e 2000-2016	Estado do Ceará: 184 municípios e amostra de quinze firmas beneficiadas no estado.	Método de primeira diferença
Soares, Sousa e Pereira Neto (2009)	Empresas financiadas pelo FNE tiveram um crescimento do emprego e da massa salarial, porém não houve impacto no salário médio	Microdados: dummies para as empresas beneficiadas e não beneficiadas.	1999-2005 e subperíodos	Região Nordeste. Microdados: amostra de 129 empresas beneficiadas no ano de 1999 até 2.748 empresas no ano de 2005.	Matching com propensity score
Cintra (2007)	Uma parcela maior do volume de crédito está sendo direcionada para os municípios mais desenvolvidos, assim, os fundos tendem à concentração de investimento nas áreas mais dinâmicas de cada região.	Macrodados: patrimônio líquido, custo médio e número de empregos diretos e indiretos.	1994-2006 e subperíodos	Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Macrodados: vinte estados.	Análise descritiva
Oliveira, Menezes e Resende (2015)	O efeito dose indica que o valor do empréstimo influencia a quantidade de empregos gerados, assim como a variação dos salários. Até o limite de aproximadamente R\$ 200 mil, as variações proporcionais de emprego e salário são maiores quanto maiores os montantes contratados de crédito.	Microdados: dummies para as empresas beneficiadas e não beneficiadas, e variáveis de controle.	2004-2011	Região Centro-Oeste: Goiás.	Dose- - resposta; propensity score
Oliveira et al. (2017)	Os fundos, em alguns casos, impactam positivamente o crescimento do número de empregados e da produtividade do trabalho. São, em geral, efeitos positivos e não lineares, sugerindo que os valores dos financiamentos influenciam os impactos sobre as variáveis de interesse	Microdados: dummies para as empresas beneficiadas e não beneficiadas, e variáveis de controle.	2000-2012	Todos os estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.	Dose- - resposta; diferenças em diferenças; propensity score
Nascimento e Haddad (2017)	A retirada do FNE e a realocação do montante do fundo em gastos correntes resultariam em queda no PIB e aumento da concentração da atividade e da desigualdade do PIB per capita, indicando que o FNE funcionaria como indutor de crescimento e cumpriria o objetivo de reduzir a desigualdade entre o Nordeste e o restante do Brasil.	Fluxos de investimentos associados à alocação entre setores e estados dos empréstimos de responsabilidade do fundo.	2000-2011	Municípios atendidos pelo FNE.	Modelos de equilíbrio geral computável (EGC)

Fonte: OLIVEIRA; LI, 2018, p. 290-291

Conforme demonstrado, os estudos não trazem resultados lineares, ou seja, cada região apresenta um resultado indiferente aos demais. Portanto, reforça a necessidade de criar outras ferramentas de análise. Para continuar a descrição deste trabalho, a próxima seção irá tratar em foco do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, no intuito de trazer novos detalhes que são importantes para a análise.

### **2.2.1 O Fundo Constitucional para o desenvolvimento da Região Centro-Oeste (FCO)**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO) é uma ferramenta governamental de financiamento que visa o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal. Para Oliveira (2014), o objetivo do FCO é reduzir as desigualdades regionais e está inserido na Política Nacional de Desenvolvimento Regional PNDR. Além disso, ofertar condições de financiamento de longo prazo e taxas de juros menores que ofertadas no mercado. Como seu principal objetivo, o FCO é um financiamento que atende a diversas segmentações do mercado, tais como: pessoas físicas, pessoas jurídicas, firmas individuais, associações e cooperativas de produção e para os setores agropecuário, mineral, industrial, agro industrial, de infraestrutura econômica, turístico, comercial e serviço da região Centro-Oeste.

O FCO, como grande parte dos outros fundos de financiamento, tem a origem a partir da arrecadação de IR e do IPI, retornos e resultados das suas aplicações e o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados. De acordo com a Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

Art. 6º Constituem fontes de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste: I - 3% (três por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, entregues pela União, na forma do art. 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal; II - os retornos e resultados de suas aplicações; III - o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial; IV - contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; V - dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei. Parágrafo único. Nos casos dos recursos previstos no inciso I deste artigo, será observada a seguinte distribuição: I - 0,6% (seis décimos por cento) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte; II - 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste; e III - 0,6% (seis décimos por cento) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

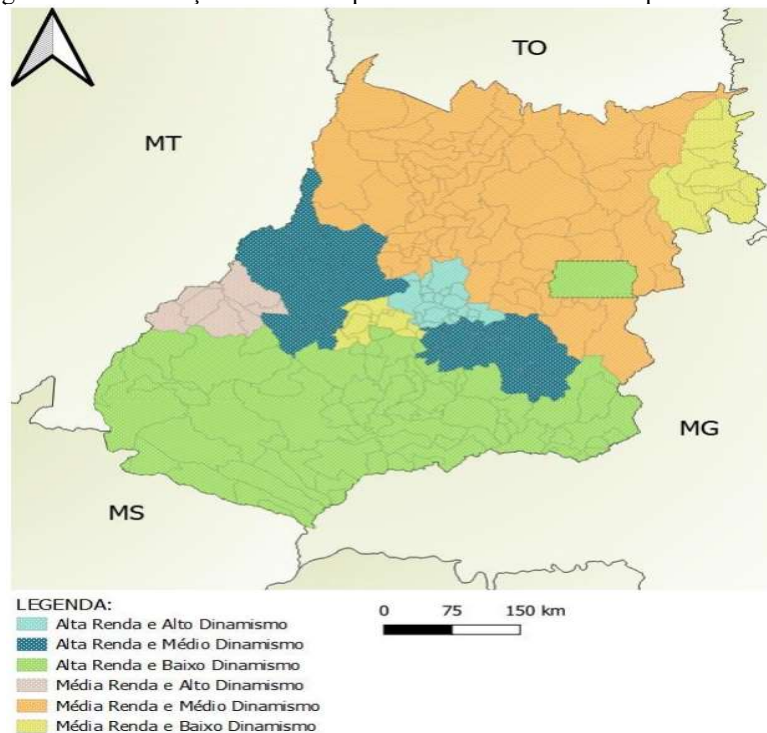
Segundo a programação Condell/Sudeco (2021), o FCO está segmentado da seguinte forma: Programa de FCO Empresarial, Programa de FCO Rural, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Programa FCO para Financiamento Estudantil, Programa de FCO para Financiamento de micro e mini geração de energia elétrica para pessoa física, Programa de FCO para Financiamento de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e Programa de FCO para Repasse.

O financiamento pelo FCO é contemplado no Distrito Federal e mais 3 estados por algumas instituições financeiras, sendo elas: No Distrito Federal: Banco do Brasil (BB), Banco Regional de Brasília (BRB) e Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob); No Estado de Goiás: Banco do Brasil (BB), Banco Regional de Brasília (BRB) (nos municípios que integram a Ride), Goiás Fomento, (exceto nos municípios que integram a RIDE), Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob); No Estado de Mato Grosso: Banco do Brasil (BB), Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), MT Fomento, e Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob); No Estado de Mato Grosso do Sul: Banco do Brasil (BB), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), Banco

Cooperativo do Brasil (Bancoob) e Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidárias (Cresol).

O FCO, como outros fundos, tem a concepção de uma ferramenta governamental pautada no financiamento do desenvolvimento por meio do crédito. Para contemplação de projetos de financiamentos pelo Fundo, é necessário estar englobado nas diretrizes elaboradas pela PNDR e PDRCO. Além disso, é importante ressaltar que o crédito ofertado aos tomadores é decidido de forma errônea pelos bancos. De acordo com Araujo (2016), os projetos de viabilidade econômicas pleiteados junto aos bancos deveriam ser avaliados por outras instituições, pois os bancos atuam basicamente sob a perspectiva de risco e retorno dos valores emprestados. Dessa forma, é possível identificar que o crédito ofertado pelas instituições é pautado somente na capacidade de liquidação de dívida. Para entender a classificação das regiões, (figura 2).

Figura 2 - classificação dos municípios conforme PNDR – Mapa de Goiás.



Fonte: Programação FCO (2021).

Na seção seguinte contempla-se a metodologia da pesquisa, a fonte de dados, o tratamento e os resultados para o estado de Goiás com base no referencial teórico abordado até o momento no trabalho.

### 3 Diagnóstico das Características dos Investimentos do FCO em Goiás

Na primeira parte da seção foi abordada a metodologia que envolve a fonte e a coleta dos dados secundários e a explicação das variáveis, além do tratamento aplicado. Já na segunda parte do capítulo, foi realizada a análise descritiva dos resultados para Goiás com alusão ao referencial teórico.

#### 3.1 Metodologia

Para obtenção dos dados FCO, foi utilizada a base de dados disponibilizada pelo IPEA em termos de contratação do FCO. A base tem abrangência de todos os municípios goianos



entre os anos de 2002 a 2019. Além disso, a base ainda conta com outras variáveis, tais como: valor da operação, porte da empresa, modalidade, programa, aplicação e risco. Para o presente trabalho, as variáveis utilizadas são:

**Município:** nome de cada município goiano onde houve contratação via FCO.

**Valor da operação (R\$):** volume de recurso em reais concedido por cada contratação via FCO.

**Porte da empresa:** enquadramento da empresa conforme o cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ.

**Modalidade:** categoria de contratação realizada na operação; rural ou empresarial.

**Programa:** linha de contratação pleiteada dentro de um programa específico do governo.

**Aplicação:** categoria de aplicação informada na contratação a ser utilizada com o recurso por categoria FCO.

**Risco:** responsável legal para garantir eventuais dívidas de terceiros não liquidadas.

A base de dados utilizada foi coletada do banco de Dados Estatísticos de Goiás – BDE do IMB. O sítio disponibiliza realizar a busca, importação e filtragem da base. Além disso, são disponibilizados em microdados e organizados em diferentes arquivos que podem ser encontrados por região, seleção de variáveis e data. Para o presente estudo, as variáveis selecionadas para Goiás no intuito de analisar o desenvolvimento regional do estado por meio do referencial teórico abordado, são:

**PIB Goiás (R\$):** total de riqueza (bens e serviços) gerada por um período (geralmente de um ano) em um espaço geográfico (país, região, estado ou município)

**Balança comercial – exportações (FOB):** corresponde às mercadorias embarcadas para o exterior.

**Mercado de trabalho em Goiás:** o cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED) foi criado pelo governo federal, através da lei nº 4.923/65, que institui o registro permanente de admissões e dispensas de empregos, sob o regime da consolidação das leis do trabalho.

Para a classificação dos municípios, foi utilizado a tipologia do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR conforme a Política Nacional do Desenvolvimento Regional – PNDR. A tabela classifica os municípios como microrregião, tipologia sub-regional, classificações e fator de localização (FL) da seguinte forma: Microrregião; Tipologia Sub-regional; Classificações.

De acordo com Araujo (2016), o impacto do programa rural tem pouco ou quase nenhuma influência em algumas variáveis, como PIB, renda, emprego e produtividade. Dessa forma, para mensurar essa avaliação serão utilizadas as variáveis com maior índice de correspondência ao mencionado na literatura, PIB, renda e dinamismo, emprego e exportações.

Sobre a escolha do período, foi necessário encontrar um período mais abrangente possível entre todas as variáveis selecionadas. Para isso, foi utilizado os anos de 2002 a 2019, por causa da disponibilidade de dados disponíveis para avaliação. Por se tratar de fontes distintas, cada fornecedor da base de dados possui um tipo de abrangência, captação de dados e tratamento das variáveis.

Com o intuito de identificar possíveis diferenças de crescimento entre microrregiões, foi utilizado o percentual do PIB acumulado por microrregião entre os anos da amostra e sua representatividade do total. Neste mesmo sentido, foi utilizado com a variável FCO, o percentual do montante de recurso contratado acumulado por microrregião.

Para a avaliação de maiores e menores contribuições do PIB por município, foi utilizado o montante de contribuição do PIB de cada município acumulado por ano e sua respectiva classificação em nível de contribuição. Além disso, foi utilizado também o desvio padrão da classificação ao longo dos anos. Isto é, foi avaliado para cada ano a classificação de cada município para formação do PIB. A partir das posições, foi calculado a média da posição e o desvio padrão. Por um lado, os municípios com valores mais próximos de zero são os que

menos se afastaram da média, logo, permaneceram com suas classificações quase inalteradas. Por outro lado, os municípios que apresentaram valores elevados de desvio padrão, sofreram variações consideráveis ao longo do período.

Para a avaliação dos municípios por classificação e segmentação de recurso, foi utilizada a tipologia da PNDR. Inicialmente, foi feita a avaliação de forma agregada para as variáveis renda e dinamismo e o volume de operações acumuladas para os segmentos rural e empresarial. Posteriormente, foram segregadas as óticas para verificar a forma que o recurso era alocado e facilitar análise do direcionamento dele.

Para o nível de emprego, foi utilizado o saldo de empregos disponibilizados por município acumulado ao longo do período proposto da pesquisa e sua respectiva classificação. Nessa mesma análise, foi utilizado também o valor captado no período.

Neste sentido, para atingir os objetivos do trabalho, procurou-se selecionar um conjunto de variáveis que indicassem as características de avanço regional econômicos como PIB, renda e dinamismo, exportações e nível de empregos na perspectiva do FCO como balizador e regularizador de tais indicadores.

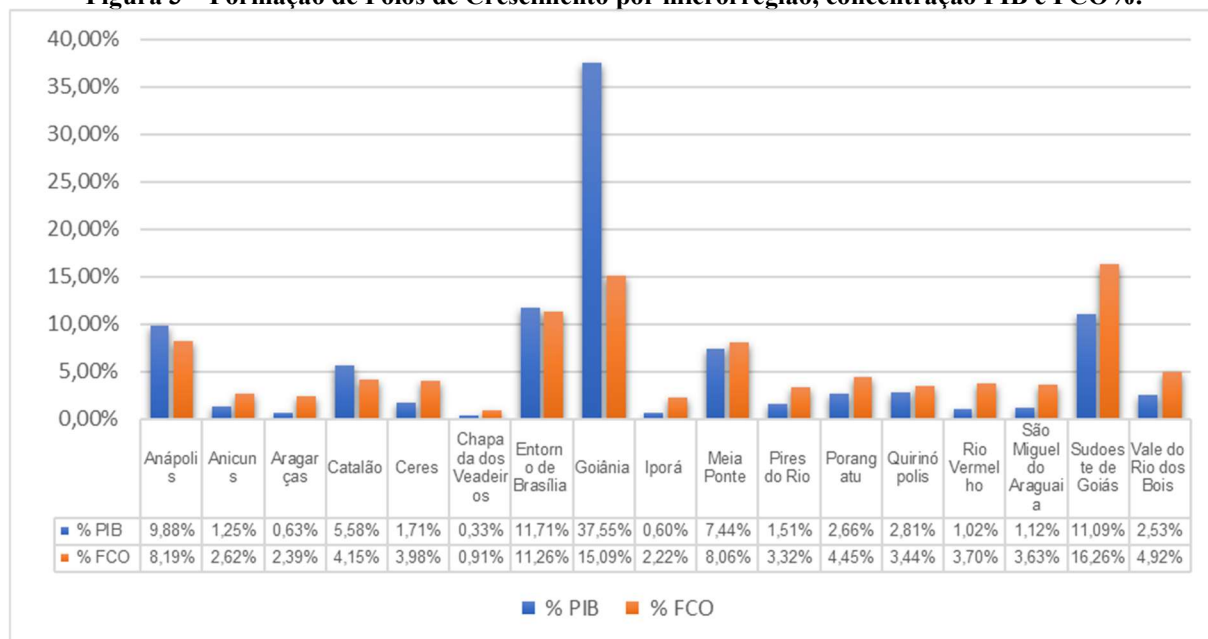
### **3.2 Análise dos resultados e discussão**

A seção descreve os resultados encontrados sobre a captação dos recursos do FCO para os municípios e microrregiões do estado de Goiás, além de verificar a relação desses desembolsos com alguns aspectos como avanço, contribuição, classificação, percentual, máximos e mínimos de alguns indicadores, tais como PIB, renda, dinamismo, exportações e saldo de empregos. Na primeira avaliação foi verificada uma possível formação de polos de crescimento por meio da avaliação do PIB entre microrregiões. Na segunda análise, o nível de exportação por município e possível análise da captação de crédito. Na terceira, analisou-se a renda e o dinamismo pela perspectiva do FCO e PIB. Por último, a avaliação do nível de emprego por município, ao considerar o PIB e o FCO.

#### **3.2.1 Formação de polos de crescimento**

De acordo com a figura 3, verifica-se que no período de 2002 e 2019 em Goiás, a microrregião com maior contribuição para o PIB do estado é a microrregião de Goiânia, formada por 17 municípios, concentrando cerca de 38% do PIB. A segunda maior contribuição é do Entorno de Brasília, que engloba 28 municípios com cerca de 11,71% do PIB. A terceira maior parcela de contribuição no PIB é o Sudoeste de Goiás, que é constituída por 18 municípios com 11,09%. Dessa forma, é possível identificar que as 3 microrregiões dentre um total de 18, correspondem uma concentração de cerca de 60% do PIB do estado.

**Figura 3 – Formação de Polos de Crescimento por microrregião, concentração PIB e FCO%.**



**Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo IPEA, IMB, FCO e PNDR.**

Ainda segundo a figura 3, para o mesmo período em Goiás, identifica-se que as microrregiões que mais receberam crédito junto ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) foram a microrregião do Sudoeste de Goiás, com cerca de 16%; a microrregião de Goiânia com 15% e o Entorno de Brasília, próximo de 11%. As 3 microrregiões com maior nível de operação de crédito junto ao FCO correspondem a cerca de 42% de toda a base de dados analisada. Portanto, pode-se afirmar que as microrregiões de maior concentração do PIB no estado de Goiás, são as mesmas microrregiões que concentram o maior nível de operação de crédito do FCO.

Conforme a figura 3, é possível verificar que a microrregião que menos tem contribuição no PIB goiano é a Chapada dos Veadeiros, com 0,33% do PIB, nos anos entre 2002 e 2019. Além disso, os dados também apresentam que a microrregião mencionada consta com o menor nível de valores contratados junto ao FCO.

Ao analisar o PIB e o FCO acumulado para os anos de 2002 a 2019 e o percentual de representatividade de cada microrregião (Figura 3), os dados indicam uma possível relação entre o nível de produto interno bruto de cada microrregião com o montante de operações de crédito contratadas.

Tendo como referência a literatura no primeiro capítulo, a dedução é de que as microrregiões crescem de forma bastante heterogênea e assimétrica, ou seja, o crescimento não é dado de forma homogênea entre as regiões, reforçando o explanada na Teoria dos Polos de crescimento e de aglomeração, conforme defende Perroux e Boudeville. No âmbito do desenvolvimento, Hirschman vai enfatizar que esse processo ocorre de forma desigual entre as regiões analisadas, chamando de desenvolvimento desequilibrado. Para ele, o governo deve prover a infraestrutura social necessária para alavancar as atividades produtivas e elaborar uma estratégia de desenvolvimento, induzida e indutora, com a determinação das áreas prioritárias para o desenvolvimento.

De acordo com a tabela 1, os dados revelam que o município de Goiânia apresenta a maior contribuição para formação do PIB entre 2002 e 2019. Os dados apresentam ainda que o desvio padrão da classificação seja zero (0), ou seja, nos anos analisados na pesquisa, o município de Goiânia sempre foi a região que mais contribuiu para formação do PIB. Além

disso, é possível verificar que o município de Goiânia possui o maior volume de contratação de crédito junto ao FCO.

**Tabela 1 - Maiores e menores contribuições para o PIB (2002 A 2019).**

5 MAIORES CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO DO PIB					
MUNICÍPIO	TOTAL GERAL PIB (R\$ MIL)	CLASSIFICAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PIB ACUMULADO	DESVIO PADRÃO (CLASSIFICAÇÃO POR ANO)	TOTAL CONTRATAÇÃO FCO (R\$ MIL)	CLASSIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO FCO ACUMULADO
Goiânia	570.120.996,00	1º	0	2.955.177,88	1º
Anápolis	164.310.424,00	2º	0	1.199.214,99	3º
Aparecida de Goiânia	131.076.749,00	3º	0,704792186	616.956,42	6º
Rio Verde	99.767.304,00	4º	0,646761667	1.840.429,03	2º
Catalão	83.627.936,00	5º	0,84016805	454.062,03	9º
5 MENORES CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO DO PIB					
MUNICÍPIO	TOTAL GERAL PIB (R\$ MIL)	CLASSIFICAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PIB ACUMULADO	DESVIO PADRÃO (CLASSIFICAÇÃO POR ANO)	TOTAL CONTRATAÇÃO FCO (R\$ MIL)	CLASSIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO FCO ACUMULADO
Guaraíta	370.421,00	242º	4,144450577	26.158,60	194º
Teresina de Goiás	348.013,00	243º	1,617914416	3.933,60	244º
Jesúpolis	320.519,00	244º	0,777544316	8.008,45	237º
Cachoeira de Goiás	304.993,00	245º	0,983524408	14.861,20	225º
Anhanguera	213.655,00	246º	0,23570226	1.792,02	246º

**Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo IPEA, IMB, FCO e PNDR.**

Ainda conforme a tabela 1, verifica-se que os municípios de Anápolis (2º), Aparecida de Goiânia (3º), Rio Verde (4º) e Catalão (5º), dentre os 246 municípios que formam o estado de Goiás, são as regiões que mais contribuíram para formação do PIB. Conforme os valores do desvio padrão observado na tabela 1, é possível identificar que esses municípios possuem o desvio padrão igual a 0 ou próximo de 0, isto é, esses municípios se mantiveram nessas posições de contribuição pelos anos analisados. Para mais, verifica-se também que esses mesmos municípios são os que mais realizaram contratações de crédito junto ao FCO.

Do lado oposto, (tabela 1), os dados revelam que os municípios de Guaraíta, Teresina de Goiás, Jesúpolis, Cachoeira de Goiás e Anhanguera possuem a menor contribuição para formação do PIB entre 2002 e 2019. Os dados sugerem ainda que esses municípios apresentam um pequeno desvio padrão referente a classificação nos anos analisados. Isto significa, que esses municípios pouco galgaram posições em nível de classificação de contribuição de formação do PIB. Além disso, é possível identificar que tais municípios possuem um baixo nível de captação de crédito junto ao FCO.

Nos dois extremos apresentados, entre os grupos de 5 maiores e 5 menores municípios que mais contribuíram para formação do PIB, verifica-se alguns pontos em comum entre eles. Os municípios que mais contribuem para formação do PIB, têm mais acesso às operações de crédito junto ao FCO. Os municípios que menos contribuem para formação do PIB têm menos acesso ao crédito. Ou seja, os municípios que mais contribuem, perdem menos posição de contribuição, já que são os municípios que mais têm acesso ao crédito. Por outro lado, os municípios que menos contribuem para formação do PIB, são aqueles que menos conseguiram galgar posições e têm menos acesso a crédito.

Conforme foi comentado no capítulo 1, sobre a importância do financiamento das atividades produtivas a partir de instituições bancárias públicas. Minsky (1982) defende que o financiamento das atividades produtivas pode ser viabilizado e sintetizado a partir dos bancos públicos na ótica da intervenção do governo, enquanto provedor e financiador das atividades. Para ele, o processo é dado por meio da captação de recursos que financiam as atividades e

dinamizam o processo de desenvolvimento econômico intermediado pela presença da moeda e do crédito, como ocorreu com os desembolsos do FCO.

Ademais, também se corrobora para uma possível dedução favorável com base na Teoria da causalção circular de Myrdal, isto é, efeitos positivos tendem a permanecer positivos e efeitos negativos tendem a se manter negativos sem interferência de um agente externo.

### 3.2.2 Nível de exportação

De acordo com a tabela 2, é possível identificar os municípios goianos que mais exportaram entre 2002 e 2019, além de verificar o nível de recursos captados via FCO e sua respectiva classificação. Os municípios que apresentaram o maior nível de exportações foram: Rio Verde, Alto Horizonte, Itumbiara, Luziânia e Palmeiras de Goiás, que representam os 5 maiores exportadores.

Tabela 2 – Municípios com o maior nível de exportação (2002 a 2019)

MUNICÍPIO	TOTAL GERAL EXPORTAÇÕES (US FOB)	CLASSIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO FCO ACUMULADO	TOTAL FCO (RS MIL)	CLASSIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO FCO ACUMULADO
Rio Verde	7.070.298,47	1º	1.840.429,03	2º
Alto Horizonte	5.922.870,98	2º	18.049,29	218º
Itumbiara	4.913.064,08	3º	421.513,69	11º
Luziânia	4.249.981,30	4º	398.059,58	12º
Palmeiras de Goiás	3.185.065,54	5º	317.018,34	16º
Mozarlândia	3.077.219,27	6º	83.400,48	99º
Goiânia	3.071.865,54	7º	2.955.177,88	1º
Barro Alto	2.809.932,73	8º	38.434,56	154º
Ouvidor	2.678.796,02	9º	64.735,94	116º
Anápolis	2.036.027,93	10º	1.199.214,99	3º
Goiatuba	1.834.375,40	11º	281.244,34	20º
Jataí	1.827.827,66	12º	674.018,66	4º
Quirinópolis	1.663.793,18	13º	298.458,18	19º
Catalão	1.455.229,12	14º	454.062,03	9º
Minaçu	1.077.398,60	15º	151.843,94	56º

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo IPEA, IMB, FCO e PNDR.

Identifica-se que Rio Verde é o maior exportador, e é também o segundo maior captador de recursos no FCO. Por outro lado, verifica-se também que o município de Alto Horizonte, o segundo maior exportador do estado, pouco utiliza desse tipo de crédito para operacionalização das atividades. Nesta perspectiva, observa-se que o município de Goiânia é o maior captador de recursos via FCO com a primeira posição. Neste caso, representa a sétima posição em nível de exportações acumuladas. No entanto, ressalta-se que o município de Goiânia apresenta a maior contribuição para formação do PIB, conforme foi analisado nas tabelas anteriores.

Isso corrobora o que North (1977) defende acerca da teoria da base exportação que é empregada com grande ênfase na capacidade de exportação de uma determinada economia. Conforme apresentação dos dados, identifica-se que todos os municípios exportadores utilizam do FCO para algum tipo de aplicação. Alguns elencam altos níveis de captação e, por outro lado, outros, pouco utilizam desse tipo fundo para realização das atividades.

### 3.2.3 Classificação: renda e dinamismo

Na tabela 3, observa-se o nível de concentração de recursos do FCO de acordo com a classificação realizada pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), discutida na revisão da literatura. Aqui considera-se o volume de recurso por segmentação empresarial e rural e o percentual de representatividade de cada classificação em nível de captação.

Tabela 3: Classificação da PNDR e o nível de volume de captação FCO (2002 A 2019)

CLASSIFICAÇÃO	MUNI CÍPIO S	%	EMPRESARIAL VOLUME DE OPERAÇÕES (R\$)	%	RURAL VOLUME DE OPERAÇÕES (R\$)	%	TOTAL GERAL	%
Alta Renda e Alto Dinamismo	20	8,13	1.597.469.225,17	15,07	920.229.404,31	4,57	2.517.698.629,48	8,19
Alta Renda e Baixo Dinamismo	72	29,27	2.825.144.176,25	26,66	8.495.381.476,26	42,19	11.320.525.652,51	36,83
Alta Renda e Médio Dinamismo	46	18,70	4.446.970.127,16	41,96	3.031.731.777,52	15,06	7.478.701.904,68	24,33
Média Renda e Alto Dinamismo	7	2,85	51.020.439,45	0,48	683.465.629,08	3,39	734.486.068,53	2,39
Média Renda e Baixo Dinamismo	25	10,16	244.495.645,71	2,31	1.145.746.356,70	5,69	1.390.242.002,41	4,52
Média Renda e Médio Dinamismo	76	30,89	1.433.786.146,49	13,53	5.859.026.709,21	29,10	7.292.812.855,70	23,73
<b>Total Geral</b>	<b>246</b>	<b>100</b>	<b>10.598.885.760,23</b>	<b>100</b>	<b>20.135.581.353,08</b>	<b>100</b>	<b>30.734.467.113,31</b>	<b>100</b>

**Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo IPEA, IMB, FCO e PNDR.**

De acordo com a tabela 3, identifica-se que a maior parcela de municípios é considerada como média renda e médio dinamismo com a composição de 76 municípios que equivale a 30,89% do estado. A menor composição é de média renda e alto dinamismo com 7 municípios e 2,85% de representatividade do estado. No entanto, ao considerar a ótica da renda, o Estado concentra em aproximadamente 56% dos municípios como alta renda e 44% como média renda. Entretanto, sobre a ótica do dinamismo, o Estado é composto em aproximadamente 10%, 50% e 40% de alto, médio e baixo dinamismo, respectivamente.

Ainda de acordo com a tabela 3, é possível identificar que a região que mais captou recursos junto ao FCO foi a classificação de alta renda e baixo dinamismo em níveis gerais, com aproximadamente R\$ 11 bilhões em captação. Esse valor equivale a aproximadamente 37% do recurso total no período. Em contrapartida, a classificação média renda e alto dinamismo captou a menor parcela do recurso do FCO com menos de R\$ 1 bilhão do recurso.

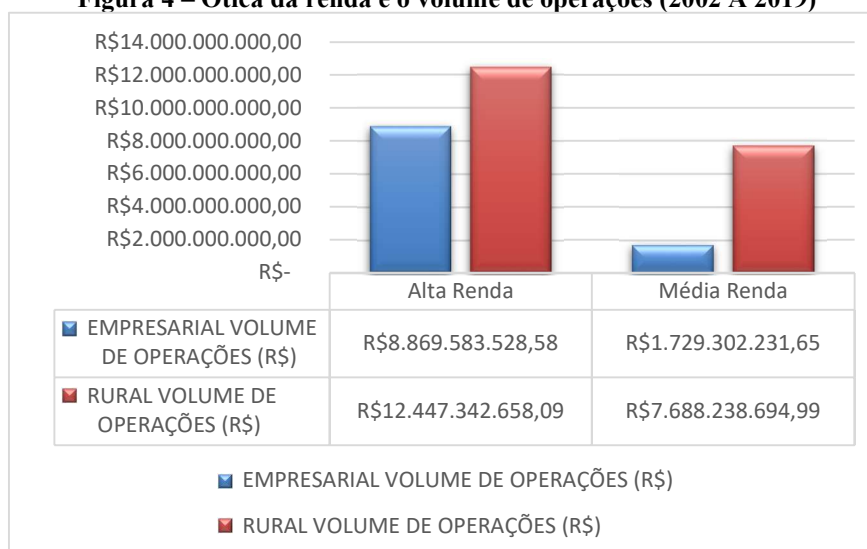
Sobre a segmentação do recurso, percebe-se que o desembolso rural é de aproximadamente 90% maior que o empresarial, revelando que o Estado mantém forte relação com as atividades da agropecuária. Os municípios que mais concentram recurso do FCO rural são os de alta renda e baixo dinamismo, 42,19%, e a menor concentração de recurso rural é destinada aos municípios de média renda e alto dinamismo, 3,39%. Na segmentação empresarial, maior parcela concentrou-se nos municípios de alta renda e de médio dinamismo, 41,96%, e menor parcela, média de renda e de alto dinamismo, 0,48%.

Nas figuras 4 e 5 são apresentadas a classificação do PNDR na ótica da renda e do dinamismo para verificar a concentração de recurso em cada segmento.

De acordo com a figura 4, verifica-se que no período de 2002 a 2019, a maior concentração do FCO rural e empresarial são destinados a municípios considerados de alta renda. Isto é, há uma certa concentração de recursos para municípios que possuem certo grau de vantagem em nível de renda. Portanto, pode-se inferir que os recursos do FCO estão concentrados nos municípios mais ricos, com integração de atividades produtivas, sejam empresariais, sejam rurais.

Ainda segundo a figura 4, percebe-se que o volume de operações para municípios de alta renda é de aproximadamente 126% maior do que nos municípios de média renda. Nesta mesma observação, verifica-se também o nível de diferença acentuado, a nível de segmentação empresarial, em aproximadamente 413% para municípios de alta renda para os de médias renda.

**Figura 4 – Ótica da renda e o volume de operações (2002 A 2019)**

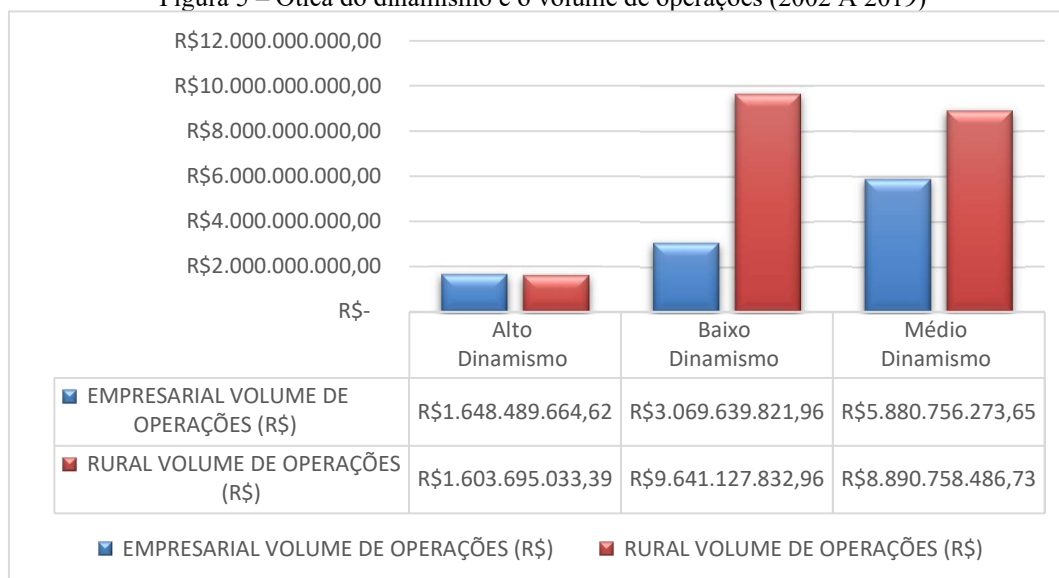


**Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo IPEA, IMB, FCO e PNDR.**

De acordo com a figura 5, no mesmo período analisado, verifica-se que, em média, os municípios que mais recebem recurso do FCO são os municípios de médio dinamismo. Além disso, percebe-se que aparentemente o nível de dinamismo tende a ser inverso ao volume de empréstimos rurais, isto é: quanto maior é o dinamismo, menor é o volume de crédito.

Para os municípios de alto dinamismo, percebe-se que o percentual de representatividade do volume de captação é de 10% do volume dispendido. Sobre a diferença perceptível entre os municípios de baixo e médio dinamismo, equivale aproximadamente a 290% e 454%, respectivamente.

**Figura 5 – Ótica do dinamismo e o volume de operações (2002 A 2019)**



**Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo IPEA, IMB, FCO e PNDR.**

Portanto, pode-se afirmar que o nível de renda é um fator positivo para captação e o nível de dinamismo é um fator negativo, isto é, a combinação de um município de alta renda com baixo dinamismo terá uma captação mais ampla do que um município de média renda e alto dinamismo, exemplificando o apresentado na tabela 3.

### 3.2.3 Saldo do emprego

No mesmo período, em termos de saldo acumulado em nível de emprego e o volume de recursos do FCO por município, pode-se afirmar que o maior saldo acumulado de empregos é o município de Goiânia, com 146.118 postos de trabalhos. O Município também acumula a maior captação de recurso do FCO. Além disso, verifica-se que o município acumula um percentual de 285,67% a mais de empregos do que o município de Anápolis, segundo colocado em empregos no estado.

Tabela 4: Classificação de saldo de empregos e o volume de captação do FCO (2002 A 2019)

MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO DE SALDO DE EMPREGOS	TOTAL ACUMULADO EM NÍVEL DE EMPREGO	FCO TOTAL FCO (RS MIL)	CLASSIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO FCO ACUMULADO
Goiânia	1º	146.118	2.955.177,88	1º
Anápolis	2º	37.866	1.199.214,99	3º
Aparecida de Goiânia	3º	35.354	616.956,42	6º
Rio Verde	4º	20.946	1.840.429,03	2º
Catalão	5º	11.301	454.062,03	9º
Caldas Novas	6º	9.725	184.539,97	45º
Urutaí	7º	8.999	27.552,79	189º
Itumbiara	8º	8.386	421.513,69	11º
Senador Canedo	9º	7.824	192.256,51	42º
Goianésia	10º	7.235	248.704,32	27º
Luziânia	11º	6.784	398.059,58	12º
Quirinópolis	12º	6.598	298.458,18	19º
Cristalina	13º	6.530	535.861,79	7º
Itaberaí	14º	6.290	504.489,09	8º
Formosa	15º	5.803	310.472,43	18º

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo IPEA, IMB, FCO e PNDR.

Portanto, percebe-se que, por um lado, os municípios que detêm os maiores níveis de saldo positivo de empregos, apresentam também, na maioria dos casos, certa vantagem em nível de classificação e em nível de financiamento das operações via FCO (Tabela 4). Por outro lado, o município de Urutaí, 7º classificação de saldo de empregos, é um município que possui uma posição muito distinta em nível de captação dos outros municípios do ranking. Sobre a base de dados disponibilizado pelo IMB, identifica-se que em 2018 houve um volume muito acentuado de saldo de empregos que supera o nível da população em 100% ao estimado pelo IBGE.

### Considerações Finais

O objetivo do trabalho foi analisar a influência do FCO sobre o desenvolvimento regional do estado de Goiás entre os anos de 2002 a 2019. Para atingir esse objetivo, o trabalho utilizou a estatística descritiva de dados secundários com o método dedutivo. Para a primeira análise, foi levado em consideração as microrregiões que os municípios goianos estão vinculados. Os resultados sugeriram uma possível diferenciação do crescimento por microrregião, além de uma possível ligação entre crescimento e o nível de captação do FCO.

Na segunda análise, foi verificado o nível de contribuição de cada município goiano para formação do PIB, o volume de captação acumulado além de suas classificações perante outros municípios. Ainda nesta análise, foi feita verificação do desvio padrão de cada município a nível de classificação de contribuição do FCO. Os dados sugerem que os municípios que



menos alteram posições são os municípios que mais captam e os que menos captam o volume de recurso. Isto é, os municípios que mais contribuem para o PIB são os que mais captam maiores volumes e menos mudam posições. Outrossim, os municípios que menos contribuem, são os que menos captam recurso e menos mudam de posições.

Para avaliação das exportações, verificou-se os maiores exportadores do estado e seus níveis de captação. Esses municípios utilizam do FCO, no entanto, os níveis de captação pouco refletem uma possível tendência de impacto do FCO nas exportações. Apesar de haver municípios que ocupam classificações elevadas de captação e grande parte de contribuição para exportação do estado, houve municípios que pouco captaram e tiveram grande participação nas exportações, como Alto Horizonte, Barro Alto e Ouvidor.

Sobre a ótica da renda e dinamismo, classificação da PNDR, percebeu-se que os dados sugerem uma possível concentração de recursos para municípios de alta renda. Por outro lado, os municípios pela ótica dinamismo são inversos nesta questão, ou seja, quanto maior o dinamismo menor o volume de operações do FCO.

Na última análise, buscou-se identificar os municípios que mais acumularam positivamente cargos de emprego. Ao analisar dados, identifica-se uma possível tendência aos municípios que mais acumularam saldos positivos à captação de recursos. No entanto, nessa avaliação, identificou-se que o município de Urutaí, em 2018, com uma posição de captação desfavorável, elevou o nível de emprego aproximadamente duas vezes o número de população e é um motivo de futuras pesquisas.

Considera-se que o FCO para dirimir a disparidade entre municípios não atingiu seu principal objetivo enquanto ferramenta de promoção do desenvolvimento regional em microrregiões e municípios mais pobres e, conseqüentemente, a redução das disparidades regionais. Conforme resultados apresentados, a concentração de empréstimos é feita a municípios mais bem avaliados dentro do Estado. Dessa forma, o Fundo é utilizado distinto as diretrizes de desenvolvimento econômico e social propostas em lei.

Como sugestão para futuras pesquisas, faz-se necessário o processo de ajuste dos portais de transparências dos órgãos, pois em ambas bases trabalhadas houve uma carência de informações que poderiam enriquecer ainda mais a análise. O trabalho não esgota as oportunidades de novas avaliações futuras e outras metodologias.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE BASTOS, S. Q. DE. Políticas públicas e desenvolvimento local: estudo da industrialização de Juiz de Fora (MG), após anos 70. *Redes* (St. Cruz do Sul Online), v. 11, n. 1, p. 37-56, 12 set. 2017.

AYDALOT, P. (1985) - **Economic régionale et urbaine**. Paris: Econômica.

BANCO DO BRASIL. **FCO Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste**. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/gov/dwn/CartilhaFCO.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

BNDES. gov. **Desenvolvimento Econômico da Região Centro-Oeste: Desafios e potencialidades para a atuação do BNDES**. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14476/2/Desenvolvimento%20econ%C3%B4mico%20da%20Regi%C3%A3o%20Centro-Oeste\\_%209\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14476/2/Desenvolvimento%20econ%C3%B4mico%20da%20Regi%C3%A3o%20Centro-Oeste_%209_P_BD.pdf). Acesso em: 28 set. 2019.

BEZERRA, Juliana. **Região Centro-Oeste**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/regiao-centro-oeste/>. Acesso em: 29 out. 2019.

BOUDEVILLE, Jacques R. Aménagement du territoire et polarisation. Paris: M.Th. Génin, 1972.

COSTA, Kaio. **Gunnar Myrdal e o princípio da causação circular cumulativa**: uma análise a partir dos trabalhos de Allyn Young, Nicholas Kaldor e Thorstein Veblen, 2013. Disponível em:

<314755819\_Gunnar\_Myrdal\_e\_o\_principio\_da\_causacao\_circular\_cumulativa\_uma\_analise\_a\_partir\_dos\_trabalhos\_de\_Allyn\_Young\_Nicholas\_Kaldor\_e\_Thorstein\_Veblen>. Acesso em: 29 out. 2019.

FIGUEIREDO, Ana Tereza L. **O papel da moeda nas teorias de desenvolvimento desigual: uma abordagem pós-keynesiana**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, agosto de 2006.

Texto para discussão nº 293. Disponível em:

<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20293.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

FOCHEZATTO, Adelar. **Desenvolvimento regional**: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. 2010. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/3-decadas/downloads/volume1/5/adelar-fochezatto.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

FONSECA, Reinaldo. **A industrialização de Goiás**: um caso de sucesso. 2014. Disponível em:

[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14474/1/A%20industrializa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Goi%C3%A1s\\_11\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14474/1/A%20industrializa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Goi%C3%A1s_11_P_BD.pdf). Acesso em: 29 out. 2019.

HIRSCHMAN, Albert O. The strategy of economic development. New Haven: Yale University Press, 1953.

JURUBEBA, Diego Franco de Araújo. **Fundos de desenvolvimento regional**: considerações sobre a natureza jurídica. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/20962/fundos-de-desenvolvimento-regional-consideracoes-sobre-a-natureza-juridica>>. Acesso em: 29 out. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA), Dados sobre contratações do FCO. Disponível via contato telefônico com técnicos do IPEA, 15 fev. 2022.

LIMA, Antônio Ernani Martins. **A teoria do desenvolvimento regional e o papel do Estado**. Análise Econômica Ano 24, nº 45, março, 2006 - Porto Alegre Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2000. Disponível em:

<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

MINSKY, Hyman Philip. 1982. Financiamento e lucros: a mudança de natureza dos ciclos de negócios da economia americana. Cadernos da Ange – Textos Didático, n.2, Rio de Janeiro, 1992.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NEGRI, José Alberto de. e col. **Financiamento do Desenvolvimento no Brasil**. IPEA, 2018.

OLIVEIRA, Guilherme Rezende; LI, Denise Leyi. **Fundos Constitucionais de financiamento: mudanças recentes e desafios**. IPEA, 2018.

OLIVEIRA, Guilherme Rezende; REZENDE Guilherme Mendes; MELO, Heloísa Oliveira. **Fundos Constitucionais de financiamento do Centro-Oeste (FCO) EM Goiás e no Distrito Federal entre 2004 e 2014: um cálculo dos subsídios implícitos**. Estudos do IMB, 2016. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2016/estudo-fco-em-goias-e-no-df-2004-2014.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

POLÈSE, Mario. **Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações econômicas**. Coimbra: APDR, 1998.

REZENDE, Guilherme Mendes. **Elementos do desenvolvimento regional: temas atuais, desafios e oportunidades da questão regional**. Observando o desenvolvimento regional brasileiro: progressos, políticas e planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 46-71. Disponível em: [http://unisc.br/editora/ebook\\_observando.pdf](http://unisc.br/editora/ebook_observando.pdf). Acesso em: 29 out. 2019.

SIMÕES, Rodrigo Ferreira; LIMA, Ana Carolina da Cruz. **Teorias do desenvolvimento regional e suas aplicações no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: 2009. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2019.

SUDECO, Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste. **Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) 2020-2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/sudeco/pt-br/10-anos-sudeco/historia/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

TOLOSA, Hamilton C. Polos de crescimento: Teoria e Política econômica. In: HADDAD, Paulo Roberto (Ed.). **Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro**. IPEA Série Monográfica. Rio de Janeiro, 1972.

VELASCO, R. (1996) - Los economistas en su laberinto. Madri: Santillana, S.A. Taurus.

## **EDITORIAL**

**FACE – Faculdade de Administração,  
Ciências Contábeis e Ciências  
Econômicas**

**Curso de Ciências Econômicas**

### **Direção FACE**

Prof<sup>ª</sup>. Andrea Freire de Lucena

### **Vice-Direção FACE**

Prof<sup>ª</sup>. Daiana Paula Pimenta

**Coordenação do Curso de Ciências  
Econômicas**

Prof. Everton Sotto Tibiriçá Rosa

## **Endereço**

Campus Samambaia, Prédio da FACE –  
Rodovia Goiânia/Nova Veneza, km. 0 –  
CEP 74690-900, Goiânia – GO.  
Tel. (62) 3521 – 1390

## **URL**

<http://www.eco.face.ufg.br>

**SÉRIE DE TEXTOS PARA  
DISCUSSÃO DO CURSO DE  
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFG  
Coordenação e Editoração**

Prof. Sandro Eduardo Monsueto

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos que contam com a participação de pesquisadores do Curso de Ciências Econômicas da FACE/UFG. As opiniões contidas nesta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não representando necessariamente o ponto de vista do Curso ou da FACE/UFG. É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.